

Comissão de Pregão I

**DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
90.149/2024**

Processo Licitatório nº: 22.091/2024

Processo de Impugnação nº: 039.081/2024

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO de MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, para atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e Fundação, pelo período de 01 (um) ano.

IMPUGNANTE: UNILIMP SOLUÇÕES EM LIMPEZA LTDA

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa UNILIMP SOLUÇÕES EM LIMPEZA LTDA, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 90.149/2024.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 669, de 03 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 03 de junho de 2024, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme

Comissão de Pregão I  
comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já  
identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

## **II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

Em síntese, alega a impugnante que não seria possível a exigência de  
certidões e atestados de capacidade para a presente licitação, que tem por objeto  
uma compra, em razão da inexistência de previsão legal nesse sentido.

## **III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE**

A impugnante requer:

- a) o acolhimento da impugnação ora apresentada, a fim de retirar as exigências de  
atestados de capacidade técnica da presente licitação, posto que ilegal;
- b) a definição de nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo para  
apresentação das propostas.

## **IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO**

Vejamos o que dispôs o Edital do Pregão Eletrônico 90.149/2024 acerca dos  
requisitos de qualificação técnica:

### **19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

*19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de  
bens similares de complexidade tecnológica e operacional  
equivalente ou superior com o objeto desta contratação,  
ou com o item pertinente, por meio da apresentação de*

Comissão de Pregão I

*certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

*19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

*19.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.*

*19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

*19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.*

Já a Lei 14.133/2021, assim dispõe em seu art. 67 acerca da matéria:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

Comissão de Pregão I

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*

*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

Comissão de Pregão I

*§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.*

*§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.*

*§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.*

(...)

Considerando que a impugnante suscitou dúvida quanto à legalidade da exigência de apresentação de atestados de capacidade técnica, oportuno trazer à baila o entendimento da Procuradoria Geral do Município concernente à impugnação apresentada pela empresa PAOLA D CHASTAGNIER SERVIÇOS

Comissão de Pregão I  
ADMINISTRATIVOS LTDA acerca do Edital do Pregão Eletrônico  
90.112/2024, a qual versa sobre a mesma questão:

"Sob a égide da Lei 8.666/1993, a qualificação técnica, prevista no art. 30, inciso II, estabelecia a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. Embora o dispositivo abordasse apenas "atividade", o que poderia levar à interpretação de serviço, a exigência se estendia a bens e serviços, haja vista que o objetivo sempre foi a contratação de empresas que tenham condições de executar o compromisso assumido junto à Administração.

Não parece que entendimento diverso tenha sido dado às licitações pela nova Lei 14.133/2021.

A AGU, por meio da Controladoria-Geral da União, interpretou que a capacidade operacional pode ser exigida em fornecimento de bens, tendo em vista que, nos Modelos da Lei nº 14.133/2021 para pregão e concorrência disponibilizados no sítio eletrônico do Gov.br, o modelo de Termo de Referência fornecido para compras prevê a exigência da comprovação de capacidade técnico-operacional:

#### *Qualificação Técnica*

*8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional.....(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;*

*8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de*

Comissão de Pregão I

*bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

*8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos com as seguintes características mínimas:*

*(...)*

Na Nota Explicativa constante do referido modelo, foram incluídas as seguintes informações:

*Nota Explicativa 1: A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos (compatíveis com o objeto a ser contratado). Deste modo, é possível que essa comprovação se dê pela somatória de atestados de contratos executados realizados concomitantemente, pois da mesma forma revelam a capacidade operacional da empresa.*

Comissão de Pregão I

*De qualquer forma, é absolutamente fundamental que a exigência seja totalmente objetiva, indicando quantitativos precisos, para evitar dúvidas na hora da habilitação, que podem vir a comprometer o objetivo do processo, de formalizar a contratação.*

*Conforme § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133 de 2021, "será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados". Além disso, registre-se que só é possível a exigência de atestado quanto às parcelas de maior relevância, entendidas essas como as que possuem valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º).*

*Nota Explicativa 2: Os requisitos de qualificação técnica são aplicáveis a todos os licitantes, inclusive pessoas físicas, conforme inciso I do art. 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021.*

*Nota Explicativa 3: Caso seja permitida a subcontratação de fornecimento com aspectos técnicos específicos, poderá ser admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto licitado,*



Comissão de Pregão I  
conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 2021.

*Em sendo esse o caso do processo, recomenda-se inserir a seguinte disposição:*

*8.31.x: Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do fornecimento de ....., cuja subcontratação foi expressamente autorizada no tópico pertinente.*

Os órgãos dos diversos entes utilizam os modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União como parâmetro para as suas contratações, não sendo diferente no caso do Município.

Em que pese a requerente cite doutrina em sentido contrário, a depender do que o órgão esteja licitando, será necessária sim a adoção de um rigor maior quanto a comprovação de que o licitante será capaz de entregar o objeto.

Nessa perspectiva, relevante mencionar o Acórdão 891/2018-Plenário do Tribunal de Contas da União sobre o tema:

*(...) Essa obrigação, entretanto, não é mera formalidade e está sempre subordinada a uma utilidade real, ou seja, deve ser a mínima exigência capaz de assegurar, com algum grau de confiança, **que a empresa contratada será capaz de fornecer os bens ou serviços adquiridos. Em consequência, a documentação a ser fornecida deve guardar relação***

Comissão de Pregão I  
***com o objeto pretendido no sentido de que  
aquisições mais simples demandarão menos  
comprovações e, contrario sensu, as mais complexas  
exigirão mais salvaguardas."***

## **V. DO MÉRITO**

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, a fim de que possa ratificar ou suprimir a exigência de apresentação de certidões ou atestados que comprovem a qualificação técnica dos licitantes. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Cabe informar que o pregão eletrônico segue agendado para o dia 26/11/2024 às 10 horas e, caso seja necessário, será suspenso *Sine die*, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 19 de novembro de 2024.

**LEONARDO GABRIG PEIXOTO**  
Pregoeiro- Comissão de Pregão I  
Matricula: 206.934